

PORTARIA CRECI – 1ª REGIÃO/RJ Nº 111/2022

Normatiza a concessão de diárias e a indenização de despesas de viagens, bem como o pagamento de jetons e auxílio de representação.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS – CRECI 1ª REGIÃO/RJ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 8º, inciso I do Regimento Interno dos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis,

CONSIDERANDO a delegação de responsabilidade contida no artigo 4º, caput, da Resolução-Cofeci nº 900/2005;

CONSIDERANDO a Portaria-Cofeci nº 042/2022 que, “atualiza valores de diárias e jeton a serem concedidas pelo Conselho Federal (COFECI) e pelos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis (CRECI)”;

RESOLVE:

Art. 1º - Diretores, Conselheiros, Assessores, Corretores de Imóveis Individuais ou em Comissão ou Grupo de Trabalho e Empregados do Conselho Regional de Corretores de Imóveis - Creci 1ª Região/RJ que, a seu serviço, se deslocarem de suas cidades de residência para outra distante mais de 50 (cinquenta) quilômetros, dentro ou fora do Estado do Rio de Janeiro, farão jus ao recebimento de diárias e/ou indenizações de despesas na forma estabelecida nesta Portaria.

§1º - Técnicos contratados sem vínculo empregatício, diretamente ou através de empresas, bem como palestrantes convidados, equiparam-se a Assessores, para os fins desta Portaria.

Art. 2º - Diretores e Conselheiros que participarem de Sessões Plenárias e Reuniões de Diretoria farão jus ao recebimento de Jeton no valor de **R\$ 606,00** (Seiscentos e seis reais) por Sessão ou Reunião, desde que a despesa decorrente do pagamento possa ser suportada pela receita realizada do Creci, considerando como base à do exercício anual anterior.

Art. 3º - Desde que autorizadas pela Presidência, serão indenizadas despesas extraordinárias eventualmente realizadas por Diretores, Conselheiros, Assessores e Empregados do Creci, quando em missão oficial de representação do Conselho.

Parágrafo Único - As despesas de que trata este artigo não poderão exceder a 0,5% (meio por cento) da receita anual realizada pelo Conselho.

Art. 4º - As diárias serão concedidas por dia de afastamento, destinadas a indenizar despesas com hospedagem e alimentação, além das de locomoção urbana, tanto na cidade de origem como na de destino.

§1º - O pagamento de diárias somente será autorizado se houver previsão orçamentária e disponibilidade financeira capaz de suportá-lo e será formalizado através do preenchimento e aposição de assinaturas no formulário de Proposta de Concessão de Diárias, emitido em 03(três) vias, com as seguintes destinações: 1ª via - contabilidade; 2ª via - secretaria financeira e; 3ª via - proposto.

§2º - As diárias serão propostas pelo chefe do departamento a que pertença o beneficiário, ou pelo diretor da área, de acordo com a exigência do encargo a ser cumprido, e seu pagamento será ordenado pela Presidência do Conselho.

§ 3º - As diárias serão pagas antecipadamente, de uma só vez, exceto nos casos previstos no artigo 5º desta Portaria.

§ 4º - Será pago somente 50%(cinquenta por cento) do valor da diária nos seguintes casos:

- a) quando o afastamento e o retorno se derem no mesmo dia, exceto para empregados;
- b) no dia do retorno, após um ou mais dias de afastamento.

§5º - Diárias pagas em excesso ou em decorrência de encargo que não se tenha consumado, serão restituídas pelo proposto em até 05 (cinco) dias contados do retorno ou da ciência do cancelamento do encargo.

§6º - Havendo prorrogação autorizada do afastamento, o proposto fará jus às diárias correspondentes ao período prorrogado.

§7º - Quando o afastamento se estender até o exercício fiscal seguinte, a despesa respectiva recairá no exercício em que se iniciou.

§8º - A exclusivo critério da Presidência, Diretores e Conselheiros residentes na própria cidade onde forem designados para cumprimento de encargo, poderão receber, por dia integral de trabalho, a título de indenização de despesas com alimentação e locomoção urbana, valor equivalente a 30% (trinta por cento) do valor da diária que lhes corresponde, desde que a despesa decorrente do pagamento possa ser suportada pela receita do Creci, considerando como base à do exercício anual anterior.

Art. 5º - As diárias e jetons devidas pelo comparecimento a Sessão Plenária ou Reunião de Diretoria, somente serão pagos ao final da reunião e, se o beneficiário que para ela tenha sido convocado ausentar-se do local da reunião, poderão sofrer redução de:

- a) 25% (vinte e cinco por cento), se a ausência for de até 1/4 (um quarto) do tempo de duração da reunião;
- b) 50% (cinquenta por cento), se a ausência for acima de 1/4 (um quarto) até metade do tempo de duração da reunião;
- c) 75% (setenta e cinco por cento), se a ausência for acima de 50% (cinquenta por cento) até 75% (setenta e cinco por cento) do tempo de duração da reunião;
- d) 100% (cem por cento), se a ausência for superior a 75% (setenta e cinco por cento) do tempo de duração da reunião.



§1º - O controle de presenças das reuniões de que trata este artigo será feito pelo respectivo coordenador e comunicado à Presidência do Conselho para as providências cabíveis.

§2º - Registrando-se ausência conforme descrito na letra "c" deste artigo, o beneficiário das diárias e ou jeton terá de restituir aos cofres do Conselho valor equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do valor com ele gasto em passagens.

§3º - Registrando-se ausência conforme descrito na letra "d" deste artigo, o beneficiário das diárias e ou jeton terá de restituir aos cofres do Conselho a totalidade do valor com ele gasto em passagens.

§4º - Se a reunião não se realizar por falta de *quorum*, os Conselheiros, Diretores ou Membros que derem causa ao fato, não receberão as diárias e jetons respectivas(os) e terão de restituir aos cofres do Conselho a totalidade do valor com eles gasto em passagens.

§5º - Ausências justificadas por mal-estar físico ou atendimento, por designação da Presidência, a interesse do próprio Conselho, não serão consideradas para os efeitos deste artigo.

§6º - As diárias e jeton serão pagas(os) no local da reunião, em moeda corrente, com recursos sacados nominalmente e sob responsabilidade de empregado ou Diretor especialmente designado pela Presidência do Conselho, ressalvados os casos de comprovada urgência ou impossibilidade de saque em que poderão ser pagos com cheque.

Art. 6º - O afastamento de Diretores, Conselheiros, Assessores e Empregados do Creci, para fora da Região de sua jurisdição, somente será possível com autorização da Presidência do COFECI.

Art. 7º - Os valores das diárias a serem pagas pelo Creci obedecerão aos seguintes limites máximos;

Presidente	942,00 (Novecentos e quarenta e dois reais)
Diretores Eleitos	800,00 (Oitocentos reais)
Conselheiros Eleitos	706,00 (Setecentos e seis reais)
Corretores de Imóveis Individuais ou em Comissão ou Grupo de Trabalho	612,00 (Seiscentos e doze reais)
Assessores e Consultores	612,00 (Seiscentos e doze reais)
Chefe de Setor Empregado	518,00 (Quinhentos e dezoito reais)
Empregados não especificados	424,00 (Quatrocentos e vinte e quatro reais)

Percentual de referência em relação ao valor da diária do Presidente do CRECI (art. 12, Resolução Cofeci nº 900/2005). Valores arredondados em números pares a fim de facilitar o cálculo de fração de diária. O valor da diária do Presidente do Creci corresponde a 80% do valor da diária do Presidente do Cofeci (Art. 12, "a" da Resolução Cofeci nº 900/2005).

§1º - Compete à Presidência, com base no valor orçado a ser despendido com hospedagem, alimentação e locomoção urbana, determinar, caso a caso, mediante



comunicação escrita ao Diretor Tesoureiro, o valor das diárias a serem pagas em função do encargo a ser cumprido.

§2º - Poderá a Presidência do Creci optar pela indenização das despesas realizadas com hospedagem, alimentação e locomoção urbana, mediante apresentação dos respectivos comprovantes fiscais, cuja somatória terá como limite valor previamente estabelecido.

Art. 8º - Os valores estabelecidos nesta Portaria, desde que possam ser suportados pelo Conselho, deverão ser atualizados anualmente pelo COFECI, através de Portaria específica, nos moldes estabelecidos pela Resolução-Cofeci nº 900/2005.

Art. 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua homologação pela Diretoria do Conselho Federal de Corretores de Imóveis, revogados todos os regramentos anteriores sobre os assuntos por ela tratados.

Rio de Janeiro, 01 de Abril de 2022.



Marcelo Silveira de Moura
Presidente